

# A NOVA APOSENTADORIA PARA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

---

**Gilson Nunes Pita Filho**

Especialista em Direito Público.  
Chefe de Assessoria da Vice-Presidência do TRF da Primeira Região.

---

## RESUMO

O presente artigo trata do novo benefício previdenciário destinado às pessoas portadoras de deficiência, instituído pela Lei Complementar n. 142/2013. O estudo aborda os requisitos e restrições para o deferimento das novas prestações, além de analisar as suas principais características.

**Palavras-chave:** Benefício aos portadores de deficiência – Conceito de deficiência – Aposentadoria – Similaridades e distinções – Contagem recíproca – Legislação previdenciária geral – Facultatividade – Não cumulatividade – Marco inicial.

## ABSTRACT

This article analyzes the new social security benefit established by the Complementary Law 142/2013 in favor of persons with disabilities. The study investigates the requirements and disqualifications for obtaining the benefit, in addition to its main features.

**Keywords:** Benefit pension for persons with disabilities – The concept of disability – Retirement – Similarities and differences – Reciprocity in counting – Social security general legislation – optionality – Non cumulative – Implementation.

## 1 O CONCEITO DE DEFICIÊNCIA

Com a edição da Lei Complementar n. 142/2013, o legislador infraconstitucional deu efetividade à regra presente no art. 201, §1º, da CF/88 – com a redação dada pela EC n. 47/2005 –, assegurando a concessão do benefício de aposentadoria para o segurado do Regime Geral de Previdência Social que seja portador de deficiência.

Antes de quaisquer outras considerações relativas à natureza, alcance e efeitos da prestação em comento, é necessária a compreensão conceitual-normativa do que se designa como “deficiência”, tendo em vista serem os seus portadores os destinatários da prefalada norma complementar.

A explicitação desse conceito está expressamente registrada no art. 2º da própria LC n. 142/2013, cuja dicção indica serem considerados como deficiência, para os fins legais ali propostos, *“os impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir”* a participação plena e efetiva do portador *“na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”*.

Tal compreensão, é importante registrar, foi emprestada da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência,<sup>1</sup> realizada em Nova York no ano de 2007, e que foi incorporada ao nosso ordenamento pelo Decreto Legislativo n. 186/2008 e pelo Decreto n. 6.949/2008.

Segundo essa concepção, a deficiência asseguradora da aposentadoria a ela vinculada se traduz em um óbice de caráter duradouro que, aliado a outras circunstâncias, tem o condão de dificultar a participação plena de seus portadores nas diversas esferas da

---

<sup>1</sup> Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência  
Artigo 1  
(...)

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

vida social e laboral, notadamente quando em cotejo com aqueles que não são dela acometidos. Tal intelecção, como visto, tem como primazia a verificação da existência de um elemento limitativo e, ainda, da dificuldade de inserção social que dessa limitação seja decorrente.

## 2 OS BENEFÍCIOS CRIADOS PELA LC N. 142/2013. APOSENTADORIAS POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E POR IDADE

A leitura do art. 3<sup>o</sup> da norma em exame enseja a compreensão de que o legislador complementar elegeu a intensidade da deficiência que acomete o segurado como critério principal para a calibragem das aposentadorias ali instituídas, aplicando-se uma razão inversamente proporcional entre a sua gravidade e o tempo de contribuição necessário para o deferimento da prestação.

Assim, para os portadores de deficiência grave, homens e mulheres, exigem-se, respectivamente, 25 e 20 anos de tempo contributivo; se moderada a deficiência, serão necessários 29 e 24 anos de labor; e sendo ela leve, 33 e 28 anos.

Além desse critério, pautado pela análise concomitante das condições individuais do segurado e de seu tempo contributivo, também foi instituído um benefício de natureza etária, mais van-

---

<sup>2</sup> Lei Complementar n. 142/2013.

Art. 3<sup>o</sup> É assegurada a concessão de aposentadoria pelo RGPS ao segurado com deficiência, observadas as seguintes condições:

I - aos 25 (vinte e cinco) anos de tempo de contribuição, se homem, e 20 (vinte) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência grave;

II - aos 29 (vinte e nove) anos de tempo de contribuição, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência moderada;

III - aos 33 (trinta e três) anos de tempo de contribuição, se homem, e 28 (vinte e oito) anos, se mulher, no caso de segurado com deficiência leve; ou

IV - aos 60 (sessenta) anos de idade, se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que cumprido tempo mínimo de contribuição de 15 (quinze) anos e comprovada a existência de deficiência durante igual período.

Parágrafo único. Regulamento do Poder Executivo definirá as deficiências grave, moderada e leve para os fins desta Lei Complementar.

tajoso que aquele disciplinado pela regra geral do art. 48 da Lei n. 8.213/91, de sorte que os segurados e seguradas, tocados pela Lei Complementar n. 142/2013, poderão se aposentar ao alcançarem, respectivamente, 60 e 55 anos de idade, desde que ambos, independentemente do grau da deficiência, possuam pelo menos 15 anos de contribuição, **comprovando-se a deficiência por igual período.**

### 3 A AFERIÇÃO DA DEFICIÊNCIA

Duas questões que trarão importante repercussão no cotidiano da aplicação da novel legislação são aquelas presentes nos arts. 5º e 6º da LC n. 142/2013, tendo em vista que a comprovação da deficiência certamente será objeto de controvérsias, ensejando assim uma inevitável judicialização do tema. De fato, a aferição da existência da deficiência e de seu grau de incidência será feita por peritos do INSS (Cf. art. 70-D, do Dec. 3.048/99, introduzido pelo Dec. 8.145/2013) e considerando-se serem estes os mesmos especialistas que analisam os pleitos de benefício por incapacidade com um rigor, não raro, excessivo, a insatisfação com o resultado de seus pareceres certamente desaguará no Poder Judiciário.

Da mesma forma, a contagem de tempo de contribuição, na condição de segurado com deficiência, será objeto de constantes controvérsias, diante do fato de que, em inúmeros casos, o impedimento ou limitação não serão congênitos, com muitas situações em que a delimitação temporal de seu início, progressão ou regressão, não será tarefa das mais fáceis. A propósito, a fim de se evitarem as previsíveis tentativas de fraude contra o sistema previdenciário, o legislador cuidou de repetir a exigência presente no art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91, estabelecendo que *“a comprovação de tempo de contribuição na condição de segurado com deficiência em período anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar não será admitida por meio de prova exclusivamente testemunhal”* (art. 6º, § 2º, da LC n. 142/2013 e art. 70-D, § 1º, do Dec. 3048/99).

Vale registrar que muito embora o dispositivo acima transcrito não contenha a mitigação trazida no reportado art. 55, §3º, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, ela certamente será levada em conta na avaliação de cada caso concreto, até porque, não tendo a própria Administração o bom senso de assim proceder, o Poder Judiciário indubitavelmente corrigirá eventual errônea que pontualmente se verifique.

#### 4 SIMILARIDADES E DISTINÇÕES DAS PRESTAÇÕES EM RELAÇÃO A OUTROS BENEFÍCIOS

Da moldura formatada para os benefícios assegurados aos portadores de deficiência, verifica-se que eles possuem uma natureza híbrida, ostentando, além de suas próprias peculiaridades, algumas características da aposentadoria especial tratada no art. 57 da Lei de Benefícios, bem assim da aposentadoria por idade disciplinada no art. 48 do mesmo regramento.

Tal qual a aposentadoria especial, a prestação instituída com base no critério presente no art. 3º, I ao III, da LC n. 142/2013, demanda um tempo de contribuição inferior ao que é exigido para o segurado que não é portador de deficiência. Todavia, enquanto o segurado que trabalhou em atividades especiais pode se aposentar após 15, 20 ou 25 anos de labor dessa natureza, independentemente de seu sexo (e de acordo com o grau de risco ou prejuízo para a sua saúde ou integridade física), os portadores de deficiência terão direito aos seus benefícios após o transcurso dos prazos indicados na norma em seu favor editada.

Observando-se a mesma diretriz, o segurado que se tornar portador de deficiência após seu ingresso no RGPS, ou que venha a ter alterada a sua condição, verá ajustados os parâmetros mencionados no art. 3º, considerando-se a proporcionalidade do período em que trabalhou com e sem deficiência, e/ou com diferentes graus desta. Essa regra, diga-se de passagem, é a mesma que, *mutatis*

*mutandis*, autoriza a conversão do tempo de serviço especial em tempo comum,<sup>3</sup> para o segurado que ao longo de sua vida laboral tenha exercido atividades de ambas as naturezas.

Consigne-se, como ressalva, que apesar da similitude apontada entre tais benefícios, os seus fatores de conversão não serão iguais porque, como visto acima, ambas as prestações demandam tempos de contribuição distintos. Com efeito, enquanto na conversão do tempo de serviço especial em tempo comum usam-se os coeficientes 1.4, 1.75 e 2.33, de acordo com a atividade desenvolvida pelo segurado, a espécie aqui tratada prevê critérios de conversão que projetam vários fatores a eles atrelados, conforme se depreende da inteligência do art. 7º da LC n. 142/2013.<sup>4</sup> Esses fatores estão devidamente indicados na tabela presente no art. 70-E, do Decreto 3.048/99 (introduzido pelo Dec. 8.145/2013).

Um ponto importante ainda a ser registrado diz respeito ao critério que deve ser utilizado na apuração do tempo mínimo de contribuição do segurado portador de deficiência, na hipótese em que ele a tenha adquirido depois de ingressar no RGPS, ou nesse mesmo momento tenha sentido alterar o seu grau de impedimento. Nessa situação, o Decreto n. 8.145/2013 trouxe a previsão de que seria aplicado o critério do **grau de deficiência preponderante** (art. 70-E), assim considerado aquele em que o segurado cumpriu maior tempo de contribuição, antes da conversão levada a efeito.

Exemplificando, se o segurado homem trabalhou durante cinco anos sem deficiência, dez anos acometido de deficiência leve, e dezesseis anos com limitação moderada, o seu tempo de contribuição

---

<sup>3</sup> E de tempo comum em especial, para o labor desempenhado até a entrada em vigor da Lei n. 9.032/95.

<sup>4</sup> Art. 7º. Se o segurado, após a filiação ao RGPS, tornar-se pessoa com deficiência, ou tiver seu grau de deficiência alterado, os parâmetros mencionados no art. 3º serão proporcionalmente ajustados, considerando-se o número de anos em que o segurado exerceu atividade laboral sem deficiência e com deficiência, observado o grau de deficiência correspondente, nos termos do regulamento a que se refere o parágrafo único do art. 3º desta Lei Complementar.

mínimo será o de vinte e nove anos,<sup>5</sup> já convertidos, porque nesse caso hipotético a deficiência preponderante terá sido a de grau moderado.

Em tais hipóteses, os parâmetros temporais originais da norma serão alterados, tendo o segurado de prestar tempo **efetivo** de labor diferente do que nela expressamente previsto.<sup>6</sup> É ainda pertinente observar que, assim como a aposentadoria especial, a prestação deferida aos portadores de deficiência não admite a sua concessão na forma proporcional, daí porque o seu deferimento nas modalidades elencadas nos três primeiros incisos do art. 3º desafia o preenchimento **total** dos períodos de contribuição correlatos, sem prejuízo da possibilidade dos já aludidos ajustes de que trata o art. 7º.

Além dessas específicas singularidades, há também importantes diferenças entre as prestações em cotejo.

A primeira delas é a de que, contrariamente à aposentadoria especial, a aposentadoria em favor dos portadores de deficiência pode ser alcançada pelo fator previdenciário, desde que para estes seja benfazeja a sua incidência. É o que se deduz do disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar n. 142/2013, que consigna a aplicação da metodologia, se dela “resultar em renda mensal de valor mais elevado”. Assim, os segurados portadores de deficiência que se aposentarem com idade mais avançada e que tiverem laborado por maior período poderão obter benefício mais vantajoso.

Esta ressalva legal tem justificada razão de ser.

Com efeito, sendo o tempo de contribuição do segurado e a sua idade, na data da aposentadoria, componentes da fórmula do fator previdenciário, a incidência indiscriminada dessa regra atuarial para todas as prestações da LC n. 142/2013 causaria prejuízo financeiro a boa parte de seus destinatários, já que, reduzido o tempo

<sup>5</sup> Art. 3º, II, da LC n. 142/2013.

<sup>6</sup> No exemplo, por força da conversão de tempo de serviço levada a efeito, o hipotético segurado terá de trabalhar por cerca de 31 anos para obter a aposentadoria referente à deficiência com grau moderado, para a qual o tempo de contribuição é o de 29 anos.

de contribuição e, por consequente, a idade do segurado quando de seu jubilamento, o valor inicial de sua aposentadoria seria significativamente reduzido. Assim, o portador de deficiência teria obtido não mais que uma vitória de Pirro com a legislação criada em seu favor, porque malgrado pudesse ter antecipado direito à obtenção da aposentadoria, a veria calculada com valores inferiores (muito inferiores, dependendo do caso concreto) aos dos benefícios garantidos para os demais segurados do RGPS.

Por outro lado, a aplicação do fator previdenciário, apenas quando ele se mostrar mais vantajoso, estende, aos portadores de deficiência, um direito que já é assegurado aos demais segurados, ao tempo em que incentiva a postergação da aposentadoria, já que quanto mais tarde ela for requerida, maior será o seu valor.

Outra importante distinção entre ambas as prestações, agora relativa à forma de seu financiamento, reside no fato de que a aposentadoria especial é expressamente custeada pelos acréscimos contributivos sobre a exação tipificada no art. 22, II, da Lei n. 8.212/91, com o considerável aumento das alíquotas ali previstas, conforme estabelecido no art. 57, § 6º, da Lei de Benefícios.<sup>7</sup>

Já a LC n. 142/2013 não indica a fonte de custeio para as aposentadorias nela tratadas, o que em princípio poderia sugerir a sua incompatibilidade vertical com o art. 195, § 5º, do Livro Regra.

Tal cogitação, todavia, não se sustenta.

É que a exigência de indicação prévia da fonte de financiamento para benefício previdenciário, que venha a ser criado ou majorado, substancia uma imposição direcionada ao legislador ordinário, não se aplicando, por essa razão, aos benefícios previstos pela própria Constituição Federal. Como a aposentadoria em favor dos portadores de deficiência foi estabelecida por norma constitucional de segundo grau (já que resultante da modificação introduzida pela Emenda Constitucional n. 47/2005 no art. 201, § 1º, da CF/88), não

---

<sup>7</sup> Acrescidas de doze, nove ou seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo segurado a serviço da empresa permita a concessão de aposentadoria especial após quinze, vinte ou vinte e cinco anos de contribuição, respectivamente.



há que se falar em violação ao texto constitucional. Por essa mesma razão é que nem mesmo de antinomia jurídica superveniente se pode cogitar. Repetindo, a impossibilidade de criação ou majoração de benefícios sem fonte de custeio previamente indicada restringe a atuação do legislador infraconstitucional, mas não a do próprio constituinte (mesmo do derivado).

Também entre a aposentadoria por idade aqui tratada e a aposentadoria comum dessa mesma feição existem semelhanças e distinções.

Antes de mais nada, de logo se vê que as duas prestações são direcionadas a segurados que alcancem determinado limite etário – observando-se o redutor de cinco anos para os portadores de deficiência –, possuindo, ambas, a exigência de 15 anos de contribuição como prazo de carência.

Como a anterior, a nova aposentadoria etária se submete ao fator previdenciário, e tem sua renda mensal inicial calculada em 70% do salário de benefício, acrescendo-se 1% para cada grupo de 12 contribuições, alcançando-se, no máximo, 100% da sobredita base de cálculo.

Mas, como já destacado anteriormente, a concessão da aposentadoria por idade, voltada ao segurado portador de deficiência, exige que o período mínimo de carência seja cumprido com o acometimento da limitação, não sendo assim possível somar-se o período anterior à deficiência com aquele a ela ulterior para, com o resultado, obter-se o prazo em comento. Nem mesmo de conversão de tempo tido como comum em tempo diferenciado, tal qual ocorre com a aposentadoria por tempo de contribuição para o portador de deficiência, poderá se cogitar, *ex vi*, do que dispõem os arts. 3º, IV, da LC n. 142/2013 e 70-C, § 1º do Decreto 3.048/99.

Em compensação, o tempo de serviço exercido em condições especiais pelo segurado portador de deficiência poderá ser objeto de conversão também para efeito de cálculo do valor da renda mensal inicial da prestação etária. Essa vantagem, pondere-se, é restrita ao cálculo do valor da prestação, que eventualmente será aumentado

caso o segurado tenha trabalhado em condições especiais por tempo suficiente para aumentar o coeficiente de cálculo, **não podendo ser utilizada para fins de carência.**

Ao fim, a aplicação das demais normas relativas ao RGPS, determinada no art. 9º, IV, da LC n. 142/2013, indica a compulsoriedade da aposentadoria etária para os portadores de deficiência, na hipótese em que ela for requerida pela própria empresa empregadora, caso os segurados do sexo masculino e feminino completem, respectivamente, 70 e 65 anos de idade, devendo ser cumprido, para tanto, o período de carência da prestação (cf. art. 51 da Lei n. 8.213/91).

## 5 A POSSIBILIDADE DE CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE SERVIÇO; A APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA GERAL; E A FACULTATIVIDADE DA PRESTAÇÃO

Encerradas as comparações, vale agora registrar a previsão legal para a possibilidade de contagem recíproca do tempo de contribuição do segurado com deficiência referente ao RGPS, aos regimes próprios de previdência dos servidores civis e militares, com a necessária compensação financeira entre eles (art. 9º, II, da LC n. 142/2013).

A possibilidade de contagem recíproca deve observar a proibição constante do art. 125, § 1º, II, do Decreto 3.048/99, segundo a qual não será possível a conversão, em comum, do tempo cumprido pelo segurado portador de deficiência. Com efeito, essa restrição guarda evidente correlação com aquela inserta no art. 96, I, da Lei de Benefícios, impeditiva da utilização de condições especiais que de alguma forma viessem a comprometer a necessária compensação financeira entre os regimes.

Noutra toada, uma nova menção ao art. 9º, IV, da LC n. 142/2013 se faz importante, em razão da possibilidade de extensão, em favor dos portadores de deficiência, das garantias previstas no art. 102, §1º da Lei n. 8.213/91 e art. 3º, *caput* e §1º, da Lei

n. 10.666/2003, seguradoras do direito ao deferimento das prestações ali mencionadas, mesmo na hipótese de perda da qualidade de segurado, exigindo-se apenas e tão só o cumprimento da carência respectiva.

Ainda, as disposições gerais previstas na Lei n. 8.213/91 relativas à prescrição e decadência (art. 103 e 103-A), pagamento de valores devidos em vida ao segurado (art. 112), cálculo da prestação mais vantajosa (art. 121), vedação à cumulação de benefícios (art. 124), dentre outras, também são aplicadas aos segurados portadores de deficiência que optem pelas prestações disciplinadas na LC n. 142/2013.

Em oposição, a tabela de transição presente no art. 142 da Lei de Benefícios e no art. 182 do Decreto 3.048/99 não será aplicada para fins de concessão das aposentadorias criadas em favor dos segurados portadores de deficiência, conforme vedação constante do parágrafo único deste último dispositivo.

De outro eito, sendo instituídas com finalidade protetiva e socialmente inclusiva em favor dos portadores de deficiência, as novas prestações obviamente não lhes podem impingir nenhum tipo de prejuízo, daí não possuírem um caráter obrigatório que, nessa condição, impeça o beneficiário de optar por outras que se lhe apresentem mais vantajosas (art. 9º, V, da LC n. 142/2013). Aplica-se, com essa garantia, a premissa de que o segurado tem direito à concessão do benefício que se lhe mostrar mais vantajoso.

## 6 A NÃO CUMULATIVIDADE DAS VANTAGENS PARA A OBTENÇÃO DO BENEFÍCIO

Consoante o disposto no art. 10 da LC n 142/2013, as vantagens temporais nela instituídas não podem ser cumuladas, **em relação ao mesmo período contributivo**, com a similar redução que é assegurada aos trabalhadores que se submetem a atividades perigosas e/ou insalubres.

É saber, não há a possibilidade de o trabalhador, portador de deficiência que exerça atividade especial, ter duas reduções

**sobrepostas** do período de carência para a obtenção de sua aposentadoria. Ou seja, ou ele fará direito à aposentadoria especial, ou à que tratada pela LC n. 142/2013.

Veja-se, por importante, que a proibição em comento é restrita à redução **cumulativa** de tempo de contribuição (reduzindo-se em duplicidade a carência) do segurado portador de deficiência. Por outro lado, apesar de o texto legal ser silente quanto à possibilidade da conversão do tempo de serviço especial de quem não estivesse acometido do impedimento – e que passou a ostentar tal condição – diretamente para os tempos de serviço diferenciados da própria LC n. 142/2013, eventual dúvida quanto a essa possibilidade veio a ser dissipada pela redação do § 1º do art. 70-F, do Decreto n. 3.048/99 (introduzido pelo Decreto 8.145/2013), segundo o qual: *“É garantida a conversão do tempo de contribuição cumprido em condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física do segurado, **inclusive** da pessoa com deficiência, para fins da aposentadoria de que trata o art. 70-B...”* (destaquei).

O realce à inclusão do tempo de contribuição em condições especiais da pessoa com deficiência evidencia que tanto o desta, quanto o do segurado que de limitação não fosse acometido, pode ser objeto de conversão para fins de deferimento da aposentadoria por tempo de contribuição, tratada na norma sob enfoque.

Em suma, os ajustes de proporcionalidade relativos ao período anterior à aquisição da incapacidade devem levar em conta, também, a natureza da atividade que era prestada pelo segurado, até porque, em relação a eles, não haverá a duplicidade expressamente vedada.

## 7 DA VEDAÇÃO À CONVERSÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA FINS DE DEFERIMENTO DE APOSENTADORIA ESPECIAL

O art. 70-F, § 2º, do Decreto n. 3.048/99 veiculou a proibição de conversão do tempo de contribuição da pessoa com deficiência

com o escopo de concessão da aposentadoria especial. A bem da verdade, essa restrição não substancia inovação normativa, restringindo-se a confirmar a alteração levada a efeito pela Lei n. 9.032/95 nos §§ 3º e 5º do art. 57 da Lei n. 8.213/91, a partir de quando ficou vedada a possibilidade da conversão de tempo de serviço comum em especial (quando ambos fossem exercidos alternadamente pelo segurado), para fins de deferimento desta última prestação.

Mantém-se, assim, a diretriz de que apenas o tempo de serviço exercido em condições especiais pode ser objeto de conversão para o efeito de concessão de qualquer outro benefício.

## 8 DO MARCO INICIAL PARA O DEFERIMENTO DAS NOVAS PRESTAÇÕES

O art. 11 da LC n. 142/2013 prevê a entrada em vigor dessa mesma norma após decorridos seis meses de sua publicação, ocorrida em 09 de maio de 2013. Assim, a partir de 9 de novembro de 2013, o segurado portador de deficiência já poderia, em princípio, fazer jus à prestação compatível com seu grau de impedimento.

Todavia, apenas em 3 de dezembro desse mesmo ano veio a lume o Decreto 8.145. Ou seja, essa regulamentação só foi editada depois de já escoado o prazo previsto para a produção dos efeitos da norma complementar. Estabeleceu-se, no referido Decreto, que a partir de sua imediata entrada em vigor, o segurado poderia agendar a perícia necessária à concessão da aposentadoria, esta que, se deferida, retroagiria à data em que solicitado o agendamento.

Ocorre que, apesar de diminuta, a lacuna temporal entre a data prevista para a produção dos efeitos da LC n. 142/2013 e a edição do decreto que a regulamentou pode ter produzido um prejuízo concreto e palpável para aqueles segurados que desde o marco estabelecido pela norma de calibre superior já poderiam requerer a sua prestação.

Assim, na hipótese de provocação de quem se sinta prejudicado, caberá ao Poder Judiciário decidir se os efeitos concretos da LC

n. 142/2013 serão produzidos já a partir da data nela própria prevista, ou somente a partir de 03 dezembro de 2013, como estipulado na norma infralegal regulamentar.

**Nota do editorial:** No *DOU* de 07.07.2015 foi publicada a Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, com 180 dias de *vacatio legis*, contados a partir da data de publicação